



Universidade do Minho
Conselho Geral

Reunião do Conselho Geral da Universidade do Minho

Sessão extraordinária

Ata N.º 01/2023

Aos vinte dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e três, pelas dez horas, reuniu-se no Salão Nobre da Reitoria – Largo do Paço, o Plenário do Conselho Geral da Universidade do Minho (Conselho), com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Calendarização das reuniões do plenário a realizar em 2023;
2. Eleição dos representantes dos Estudantes no Conselho Geral;
3. Apreciação do Plano de Atividades e Orçamento dos Serviços de Ação Social da UMinho;
4. Designação dos membros do Conselho de Ética previstos no n.º 2 do art.º 72 dos Estatutos da Universidade do Minho;
5. Designação Provedor/Provedora Institucional;
6. Proposta de revisão dos Estatutos da Universidade do Minho;
7. Informação sobre a atividade da Universidade do Minho.

Estiveram presentes o(a)s Conselheiro(a)s, Maria Joana Raposo Marques Vidal, que presidiu a reunião, António Joaquim Onofre de Abreu Ribeiro Gonçalves, Delfina Rosa Rocha Gomes, Isabel Maria Costa Soares, Joana Rodrigues Arantes Silva, João Afonso Maia da Silva, Joaquim Agostinho Castro de Freitas, Luís António Martins Santos, Manuela da Assunção Borges Vaz Soares, Maria Cláudia Gonçalves Cunha Pascoal, Nuno Miguel Dias Cerca, Patrícia Espinheira Sá Maciel, Paulo Alexandre Costa Araújo Sampaio, Ricardo Duarte Faria Lopes, Rui Jorge Machado Oliveira, Tiago Filipe Silva Miranda, Tiago José Quinteiros Lopes Henriques da Silva e Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares. Participaram por videoconferência o(a) Conselheiro(a) Ángel Maria Carracedo Álvarez e Ana Margarida Silva Gonçalves. Esteve também presente o Reitor, Professor Rui Vieira de Castro. Justificaram a ausência a(o)s Conselheira(o)s, Ana João Gomes Rodrigues, António Carlos Fernandes Rodrigues e Marta Alexandra Teixeira Mestre. A folha de presenças encontra-se anexa à presente ata e dela faz parte integrante (Anexo I).

No ponto antes da ordem do dia, a Presidente informou que recebeu um pedido da presidente da Associação Académica da Universidade do Minho (AAUMinho), que tomou posse recentemente, para assistir presencialmente à reunião, de forma a poder ter um maior conhecimento do órgão. Sendo uma reunião pública

e não havendo objeções por parte do Conselho, a presidente da AAUMinho foi autorizada a assistir presencialmente à reunião, não obstante ter de sair no caso de haver algum assunto de natureza reservada.

Ainda neste ponto, a Presidente referiu que deverá ser apresentado na próxima reunião o relatório das atividades desenvolvidas pelo Conselho inscritas no Plano de Atividades aprovado para 2022, havendo nessa altura oportunidade para o Conselho refletir sobre as atividades realizadas no ano anterior, assim como as atividades que o Conselho pretende incluir no ano seguinte.

Por fim, a Presidente fez uma nota breve para informar que acompanhou o Reitor e o Professor João Rosas numa audiência com o Presidente da República, com o objetivo principal de dar a conhecer o programa das comemorações dos 50 anos e de o convidar a participar nas mesmas, o qual demonstrou disponibilidade para estar presente em três dos momentos previstos no programa. O Reitor acrescentou que o programa tem várias dimensões, designadamente académicas, artísticas, desportiva e culturais e será apresentado no Dia da Universidade, que este ano será celebrado no dia 18 de fevereiro e no qual estará presente o Presidente da Assembleia da República, Professor Augusto Santos Silva. No dia 17 de fevereiro, realizar-se-á, em Guimarães, o Concerto Comemorativo dos 49 anos, no qual estará presente o Presidente da República.

O Conselheiro Tiago Miranda informou os membros do Conselho da aprovação pela Universidade do Porto do Plano Estratégico para 2023/2030, considerando importante a análise do mesmo de modo a conhecer de que forma a instituição se está a posicionar estrategicamente em relação a outras Instituições de Ensino Superior.

1. Calendarização das reuniões do plenário a realizar em 2023

Foi aprovada, por unanimidade, a calendarização das reuniões do Conselho para o ano de 2023. As reuniões ordinárias foram agendadas para 3 de março, 23 de junho, 6 de outubro e 15 de dezembro. Adicionalmente, foram agendadas reuniões extraordinárias, para além da reunião a decorrer no momento, que serão realizadas se houver assuntos que a justifiquem, nas seguintes datas: 5 de maio, 7 de julho e 3 de novembro.

2. Eleição dos representantes dos Estudantes no Conselho Geral;

Ouvida a Comissão Especializada de Governança, Assuntos Institucionais e Assuntos Financeiros, foi aprovado, por unanimidade, o calendário para as eleições dos representantes dos Estudantes no Conselho (mandato 2023/2025), cujo ato eleitoral decorrerá no dia 22 de março de 2023.

3. Apreciação do Plano de Atividades e Orçamento dos Serviços de Ação Social da UMinho;

A Administradora e a Diretora do Departamento Contabilístico e Financeiro dos Serviços de Ação Social da UMinho (SASUM), Dra. Alexandra Seixas e Dra. Amélia Costa, foram convidadas a participar na reunião durante este ponto de modo a apresentar o Plano de Atividades e Orçamento dos SASUM, assim como para responder a eventuais pedidos de esclarecimento.

Previamente à apresentação, o Reitor recordou a definição estatutária dos SASUM, uma unidade própria integrada na UMinho, cuja missão é proporcionar aos estudantes as melhores condições de frequência do Ensino Superior que a UMinho oferece, assim como de integração e de vivência social, académica e institucional por parte dos estudantes. A atividade do SASUM desenrola-se em vários eixos, ao nível de bolsas e alojamento para estudantes, alimentação, promoção de atividades de desporto e cultura orientadas para os estudantes e o apoio médico. Salientou, igualmente, que no desenvolvimento da sua missão é necessário promover um conjunto vasto de articulações com a UMinho e as suas Unidades Orgânicas (UOs), com os estudantes e a AAUMinho, com outras Universidades, realçando especificamente projetos partilhados com a Universidade de Trás-os-Montes e a Universidade do Porto, e com outras entidades nacionais e internacionais. Destacou, ainda, o reconhecimento da elevada qualidade do trabalho dos SASUM desenvolvido ao longo das últimas décadas, tendo feito referência às dificuldades e aos desafios impostos pela crise pandémica em 2020. Por outro lado, lembrou que, no final de 2022, o Administrador dos SASUM, Professor António Paisana, aposentou-se, tendo deixado um legado marcante e significativo no âmbito desta estrutura. Nesta sequência, o Reitor considerou que a Dra. Alexandra Seixas tinha as características necessárias para estas funções, com um percurso profissional na UMinho de bastante relevo e importância, pelo que a nomeou Administradora dos SASUM em dezembro de 2022. Neste sentido, de forma a que a nova Administradora tivesse oportunidade de analisar e ajustar o Plano de Atividades e Orçamento, o atual ponto em discussão foi adiado da reunião anterior de modo a ser apresentado na atual reunião. Dada a relevância dos SASUM, o Reitor considerou que, apesar de estatutariamente o Conselho não ter de aprovar o Plano de Atividades e Orçamento dos SASUM, habitualmente submete este documento ao Conselho ao abrigo da alínea o) do n.º 2 artigo 29.º dos Estatutos da UMinho.

Por fim, salientou que o plano de atividades se apresenta organizado em torno de quatro objetivos estratégicos fundamentais, infra descritos.

- 1) Explorar a tecnologia: traduzido num conjunto de compromissos relacionados com a digitalização dos serviços e da implementação de processos de desmaterialização.
- 2) Reformular a gestão e reforçar a proximidade: através do desenvolvimento de um conjunto de ações de organização interna dos próprios serviços.
- 3) Sustentabilidade e projetos de impacto: aposta em sistemas mais eficientes, com maior atenção a questões relacionadas com qualidade de vida e bem-estar da Comunidade Académica, salientando-se a importância da atual participação da UMinho, através dos SASUM, no programa internacional FISU *Healthy Campus*.
- 4) Diversificação de serviços e preparação de novos investimentos: através do envolvimento em programas de eficiência energética e na construção de duas novas residências universitárias, uma em Guimarães, a ser administrada diretamente pelos SASUM, e outra em Braga, a administrar em estreita colaboração com a Câmara Municipal de Braga.

Tomou a palavra a Administradora dos SASUM, que salientou as seguintes atividades associadas os quatro objetivos estratégicos referidos pelo Reitor:

1) Explorar a tecnologia

Destacou a transformação digital, os serviços personalizados e a proximidade ao utente através de várias iniciativas, tais como a desmaterialização e a otimização de processos internos dos SASUM; a criação de um novo portal e uma aplicação móvel com novos serviços na área alimentar (compra de senhas de cantinas e refeições *take away*), na área de ação social (candidaturas ao fundo de apoio social; gestão de processo de alojamento; agendamento de consultas médicas; candidaturas de colaboração dos estudantes nas atividades da UMinho) e na área do desporto (criação de um novo site que irá integrar com o portal *UMinho Sports* e implementação de um sistema de gestão de senhas para as aulas de desporto).

2) Reformular a gestão e reforçar a proximidade

Relativamente a este objetivo, salientou compromissos tais como: i) visitar modelos logísticos associados à atividade desenvolvida pelos SASUM; ii) repensar modelos de gestão; iii) implementar programas de formação orientados para as necessidades individuais, nomeadamente a formação profissional em contexto de trabalho.

3) Sustentabilidade e projetos de impacto

Neste objetivo destacou os seguintes aspetos: i) reduzir a pegada carbónica dos SASUM, como por exemplo dar prioridade à escolha de materiais recicláveis e com reduzido impacto no ambiente; ii) promoção da reciclagem e da economia circular, iii) estabelecer parcerias para os excedentes de produtos alimentares; iv) dar continuidade ao Programa FISU *Healthy Campus*, atividade desenvolvida ao nível da qualidade de vida e bem-estar da Comunidade Académica e que opera nas áreas do desporto, da atividade física, da saúde mental, da nutrição, dos comportamentos de risco e da responsabilidade social.

4) Diversificação de serviços e preparação de novos investimentos

No que concerne este objetivo, evidenciou as seguintes iniciativas: i) criação de uma nova unidade alimentar no Campus de Couros; ii) alargamento da oferta de serviços médicos; iii) criação de novas ementas no Departamento Alimentar, com vista à promoção de hábitos alimentares mais saudáveis; iv) envolvimento na construção das novas residências universitárias no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR); v) apoiar a realização de ações de solidariedade e responsabilidade social.

Seguidamente, a Administradora dos SASUM apresentou os valores do orçamento para 2023, no valor total de 8.432.000€, referindo haver um aumento de 160.000€ no que refere às transferências de Orçamento de Estado (OE) relativo ao ano de 2022. Referiu, ainda, existir uma diminuição das transferências da UMinho em aproximadamente 150.000€ e, por outro lado, um aumento de 37.000€ nas transferências da União Europeia no âmbito dos projetos POCER. Disse que se prevê um aumento de receitas próprias no valor de 721.000€ e acrescentou que, em termos globais, o aumento do orçamento relativamente ao ano de 2022 é de 768.000€.

Em termos de aplicação do orçamento, mencionou que as despesas com pessoal representam 56% da despesa dos SASUM, sendo as mesmas suportadas por Receitas Próprias, OE e Fundos Europeus. Salientou que as transferências do OE cobrem 56% das despesas com o pessoal não contemplando o aumento da Remuneração Mínima Mensal Garantida, nem o aumento da Tabela Remuneratória Única e do valor do subsídio de refeição ocorridas após a negociação do OE em vigor. Fez notar, ainda, que as regras orçamentais obrigam a que a cabimentação de novas contratações seja feita a 14 meses, o que por vezes provoca desvios do orçamento face à despesa efetiva.

No que concerne o Orçamento de Despesa (OD), a Administradora dos SASUM referiu que a aquisição de bens representa 19% do mesmo, centrando-se essencialmente no processo da alimentação, no valor de 1.260.000€, e de energia, no valor de 154.000€. Por outro lado, a aquisição de serviços representa 23% do OD, materializando-se em encargos com eletricidade (736.000€), serviços de vigilância e limpeza (240.000€) e outros serviços e serviços de informática (337.000€). Adicionalmente, disse que são atribuídos apoios à AAUMinho e a grupos culturais no valor 157.000€. Informou, igualmente, que a aquisição de bens de capital, conservação e equipamentos representa 2% do OD, em cerca 152.000€.

Por fim, fez um apontamento sobre os potenciais riscos que o orçamento de 2023 poderá estar sujeito, nomeadamente: o impacto da inflação nos gastos com a eletricidade, gás e produtos alimentares; o aumento de serviços (limpeza, manutenção, gastos com equipamentos, materiais, matérias primas, entre outros); e o acréscimo das remunerações aprovado no OE para 2023 após a aprovação do orçamento apresentado.

Terminada a apresentação, a Administradora dos SASUM disponibilizou-se para eventuais dúvidas ou questões.

Abriu o debate, o Conselheiro Rui Oliveira que demonstrou a sua preocupação com a situação financeira dos SASUM, fortemente prejudicada devido à pandemia, mas, na sua opinião, também pelo facto de ter havido uma redução do financiamento da UMinho em dezembro de 2019. Na sua perspetiva, esta redução teve também impacto na capacidade de os SASUM poderem responder a todos os desafios e ações, por exemplo ao nível de pequenas intervenções nas residências, que se foram agravando ao longo do tempo e que agora requerem uma requalificação de maior dimensão. Considerou, portanto, que a falta de financiamento está a ter impacto nestas questões de pequena escala, mas que fazem falta no quotidiano, sob o prejuízo de se agravarem. Neste sentido, questionou o Reitor se existiria um plano de ação para um ou dois anos, com o objetivo de inverter esta tendência e de reposicionar os SASUM na sua anterior capacidade de intervenção.

Tomou a palavra o Conselheiro Duarte Lopes, que começou por solicitar a correção do acrónimo da associação académica para AAUMinho. De seguida, salientou a importância de existir uma grande proximidade entre os SASUM e a AAUMinho, uma vez que são os estudantes o principal cliente dos seus serviços de alojamento, refeições e desporto. Neste sentido, e uma vez que é a primeira interação formal da Administradora dos SASUM com o Conselho, questionou-a sobre a sua perspetiva para esta relação, pedindo para identificar as áreas que considera mais prioritárias para trabalhar com a AAUMinho e como é que pretende desenvolver o diálogo de

proximidade. Questionou ainda qual seria a sua visão para os SASUM no que diz respeito a prioridades e projetos-legado e de que forma pretende acrescentar valor durante o seu mandato.

Subscreveu, ainda, a intervenção do Conselheiro Rui Oliveira, salientando que se fala muitas vezes do subfinanciamento crónico das Instituições de Ensino Superior, mas reforçando que se deve ter em consideração as decisões tomadas que possam promover o subfinanciamento de outras estruturas. Neste caso em particular, referiu que, apesar do aumento de cerca de 200.000€ de OE, houve um retrocesso da decisão tomada no ano anterior, voltando-se a reduzir a transferência UMinho para os SASUM, ou seja, a UMinho melhorou um pouco através deste reforço de transferência do Ministério, mas essa melhoria não se repercutiu nos SASUM. Por outro lado, manifestou uma maior preocupação com o eventual aumento de preços nos restaurantes e bares de forma a fazer face a estas dificuldades financeiras, salientando a importância de manter os preços baixos de forma a garantir o acesso dos estudantes ao Ensino Superior, onde não existem apoios para as senhas de cantinas ou redução dos preços nos bares para os estudantes mais carenciados, tal como acontece no ensino secundário. Questionou, portanto, se está prevista a arrecadação de receita por outras vias, de forma a não prejudicar os estudantes.

A Conselheira Isabel Soares centrou a sua intervenção no objetivo estratégico descrito na Divisão de Apoio ao Bem-estar do Estudante, nomeadamente o de proporcionar melhores condições de saúde física e mental à Comunidade Académica, destacando especificamente os objetivos operacionais de reforçar os Recursos Humanos no serviço de Psicologia e de expandir/estabelecer parcerias desenvolvidas com UOs da UMinho e outras entidades no sentido de reforçar a resposta às necessidades dos utentes. Considerando a importância da promoção da saúde mental, manifestou o seu apoio e incentivo a estes objetivos. Porém, assinalou o facto de, na realidade, estas parcerias carecerem de uma maior articulação efetiva, referindo-se neste caso à parceria com a APSi (Associação de Psicologia da UMinho), não excluindo outras dentro do universo da UMinho, que poderia potenciar a qualidade dos serviços prestados, qualificando e aumentando a capacidade de resposta dos SASUM. Neste sentido, incentivou a Administradora dos SASUM a refletir sobre o assunto e a promover o estreitamento destas relações de efetiva colaboração e parceria.

No que concerne a relação entre os SASUM e a AAUMinho, o Reitor salientou que é uma relação com expressão institucional e estatutária, sendo que tem sido de estreita proximidade ao longo dos anos e é intenção de ambas as partes manter a mesma. No que se refere às transferências de verba, destacou que os SASUM são uma unidade da UMinho, pelo que o que acontece na UMinho tem implicações nos SASUM e vice-versa. Por outras palavras, referiu que, numa altura em que a UMinho se confronta com dificuldades significativas e conhecidas, não seria compreensível pela Comunidade Académica se os sacrifícios que foram pedidos não fossem distribuídos pelas várias unidades que compõem a UMinho. Sublinhou, porém, que os SASUM conseguiram garantir os serviços essenciais, embora tenha reconhecido que estes poderiam ter maior qualidade, que terá sido afetada pela quebra de financiamento. Referiu que, apesar de ser necessário lutar por um financiamento mais justo do OE, este nunca irá cobrir todas as necessidades, pelo que se torna necessário

tomar outras medidas, tais como alguma racionalização nos serviços que são prestados em certos setores de atividade e alguma procura de redução de custos de estrutura, sem afetar o setor operacional, absolutamente chave para garantir a prestação de serviços de alojamento, alimentação e desporto, que são essenciais para o cumprimento dos objetivos dos SASUM. Relativamente aos preços praticados, referiu que estes são debatidos no Conselho de Ação Social, que conta com uma presença significativa de estudantes, e tem havido a preocupação de, apesar dos efeitos da inflação, não penalizar os estudantes nos serviços essenciais, designadamente nos preços das refeições nas cantinas, nas residências universitárias para os estudantes não bolseiros e no apoio ao transporte entre os *campi* de Gualtar e Azurém. Por fim, frisou que o orçamento apresentado é um documento de referência, suscetível de alterações e de melhorias ao longo do ano.

Terminou a sua intervenção, numa referência à exposição da Conselheira Isabel Soares, com a qual concordou, salientando a relevância das questões de saúde mental e física e o facto de existir, na UMinho, potencial de resposta integrada que não está a ser explorado suficientemente. Sobre este tema, informou que já teve reuniões com a Presidência da Escola de Psicologia, com um foco particular na questão da colaboração entre a APsi e os SASUM.

Tomou a palavra a Administradora dos SASUM, informando que partilha a reflexão apresentada pela Conselheira Isabel Soares e que, nesse sentido, está prevista uma reunião no final de março com a APsi e a Vice-presidente da Escola de Psicologia. No que se refere à proximidade com a AAUMinho, a Administradora dos SASUM reforçou a sua intenção de manter uma relação de proximidade com a associação, tendo, inclusive, já tido várias interações com a nova Presidente da AAUMinho. Como primeiras ações em conjunto, visitaram a residência de Azurém e estão em conversações com a comissão de residentes de forma a avaliar os problemas de estrutura das instalações e a encontrar em conjunto soluções para a resolução dos mesmos. Relativamente à preocupação demonstrada pelo Conselheiro Duarte Lopes sobre o eventual aumento do preço das refeições, salientou novamente o seu compromisso de proximidade e de procura de outras alternativas de redução de custos que não impliquem o aumento dos preços das refeições nos bares e cantinas. De uma forma geral, referiu que está a analisar os procedimentos internos e a avaliar eventuais melhorias a implementar, de forma a poder simplificar a capacidade de resposta.

Relativamente às residências, o Reitor acrescentou que, na visita recente realizada à residência de Azurém, incumbiu os SASUM de produzir um plano de intervenção naquela residência e, posteriormente na de Braga. Admitiu existir limitações, mas realçou que devem ser garantidas condições mínimas para as quais se exige um plano claro de intervenção, a ser produzido brevemente pelos SASUM do qual, em princípio, poderá haver notícias mais concretas na próxima reunião do Conselho.

O Conselheiro Joaquim Freitas começou por saudar o facto de serem duas mulheres a iniciar funções em lugares tão relevantes da UMinho, desejando-lhes sucesso. Relativamente ao plano apresentado, deixou três notas. Uma primeira sobre a questão da saúde mental, secundando a intervenção da Conselheira Isabel Soares e referindo que, do seu ponto de vista, considera que deve haver um foco maior no exercício profilático da

saúde mental, alargando este exercício a toda a Universidade, através de uma estratégia integrada, organizada e complementar que tente minimizar, tanto quanto possível, as situações de debilidade ou necessidade de intervenção no âmbito da saúde mental e do bem-estar. Numa segunda nota, referiu a importância da coesão social, encontrando caminhos, estratégias e projetos em todas as áreas de missão dos SASUM que garantam a inclusão de todos. Salientou que, se não houver vasos comunicantes entre as diversas estruturas, é muito mais complexo gerir e navegar nos processos burocráticos, correndo o risco de existir uma maior exclusão social. Acrescentou que esta dimensão ganha ainda maior importância perante a previsão de complexidade para os próximos dois anos ao nível da habitação e crise inflacionária, apelando, por isso, a que o plano apresentado possa ser ultrapassado conforme demonstrado na intervenção da Administradora dos SASUM. Como nota final, abordou as questões orçamentais, lembrando que é preciso continuar a pressão junto da tutela para que o financiamento justo seja devido e transferido, incluindo os seus retroativos, de forma que seja garantido que o trabalho que ficou por fazer por falta desse financiamento possa ser feito sem ter de calibrar ou reorganizar a dimensão do público-alvo da Universidade, porque esta não é possível.

O Conselheiro Paulo Sampaio recuperou a questão colocada pelo conselho Duarte Lopes, apelando à Administradora dos SASUM para que partilhasse a sua visão para o mandato que está a iniciar, no sentido de perceber se será um mandato de continuidade, de introdução de elementos diferenciadores ou de rutura com o passado.

Interveio o Conselheiro Luís Santos, tendo tecido algumas observações sobre o plano de atividades e orçamento apresentado. Começou por louvar o facto de o documento mostrar um esforço de equilíbrio, na sequência das dificuldades sentidas durante a pandemia. Apresentou a sugestão de, para a ponderação dos planos de atividades seguintes, avaliar os comportamentos das pessoas pós-pandemia e ajustar as medidas a estes novos comportamentos. Sugeriu, igualmente, que se evidenciasse um maior apoio às atividades culturais, para além do desporto e das estruturas formais. Saudou, ainda, o facto de ter sido refreada a contratação de mais pessoal de gestão intermédia, cuja questão tinha sido discutida no Conselho num momento anterior, tendo na altura sido notado que o Gabinete de Apoio ao/a Administrador(a) dos SASUM teria mais Técnicos Superiores que o Gabinete de Apoio ao Reitor.

Por fim, colocou algumas questões relacionadas com o orçamento e com uma notícia da qual teve recentemente conhecimento. Relativamente ao orçamento, o Conselheiro Luís Santos pediu esclarecimentos sobre duas rubricas com aumentos em relação a 2022, uma vez que não estão alinhadas com o espírito de contenção ao longo do resto do orçamento, sendo elas, a rubrica das despesas de representação, com um aumento de cerca de 3.500€, e a de publicidade (outra), com um aumento de cerca de 7.000€. Ainda sobre o orçamento, pediu mais explicações sobre qual é o destino da verba incluída na rubrica outras (colaboração estudantes), no valor de 50.000€. No que concerne à notícia, referiu-se a uma entrevista do Ministro da Administração Interna (MAI), Professor José Luís Carneiro, na qual este terá dito que seria assinado um acordo entre os serviços sociais da Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana, o Conselho de

Reitores das Universidades Portuguesas (CRUUP) e o Conselho dos Politécnicos para que as forças de segurança possam ter refeições nas cantinas. Sendo um assunto absolutamente novo, o Conselheiro Luís Santos perguntou qual é o ponto de situação com os serviços da UMinho, se já houve interação com o MAI, que implicações poderá ter do ponto de vista da gestão (por exemplo ao nível de compras e volume de trabalho) e se há alguma metodologia de financiamento acordada.

Tomou a palavra o Conselheiro Victor Soares, que desejou felicidades e sucesso à nova equipa dirigida pela Dra. Alexandra Seixas. Relativamente ao plano de atividades e orçamento, congratulou o facto de haver intenção para o reforço das equipas das unidades de alimentação, promovendo a substituição dos trabalhadores aposentados com o recrutamento de novos trabalhadores. Salientou que esta é uma necessidade urgente, uma vez que se nota uma crescente exaustão por parte das pessoas que trabalham nos setores alimentares, com um notório envelhecimento das mesmas, havendo, inclusive, muitos trabalhadores que atualmente não estão ao serviço, por motivos de aposentação e outros. Por outro lado, questionou sobre a diferença entre o mapa de pessoal aprovado pelo Conselho Geral e o mapa de pessoal orçamentado para 2023, no que concerne a eliminação da previsão de vagas para sete Encarregados Operacionais. Sobre este ponto, salientou que, em termos reais, há trabalhadores que estão em condições, pelas funções que exercem e pela responsabilidade que está associada ao exercício das mesmas, de aceder à categoria de Encarregado Operacional, parecendo, pela análise do segundo mapa, esta possibilidade estar vedada. Por fim, numa nota dirigida ao Reitor, questionou sobre a atual quase inoperância dos serviços de Medicina do Trabalho a prestar aos trabalhadores da UMinho, considerando urgente a resolução das causas para este problema.

O Reitor começou por responder à intervenção do Conselheiro Joaquim Freitas, referindo que este suscitou uma questão muito relevante não só no quadro dos SASUM, mas também no conjunto da UMinho, considerando que, com o agravamento das condições de vida das pessoas e das dificuldades inerentes, existe um aumento do risco de fraturas sociais com expressão dentro da própria Universidade. Referiu que a UMinho adotou, há alguns anos, alguns mecanismos de resposta a situações de emergência social, como por exemplo o Fundo de Apoio Social, que ainda se encontra em vigor. Referiu, porém, que é necessário encontrar outros mecanismos de detecção mais precoce das situações mais críticas e de risco, salientando que estas situações existem sempre independentemente da situação atual e estão relacionadas com determinados grupos de estudantes que chegam à Universidade em condições bastante precárias e cuja sinalização não é imediatamente óbvia. Neste sentido, concorda com a sugestão do Conselheiro Joaquim Freitas relativa à existência de mecanismos transversais, envolvendo UOs, Unidades de Serviços, SASUM e AAUMinho, que sejam capazes da detecção destes sinais precoces e indicadores de quadros de rutura social, tendo considerado esta abordagem muito importante e referindo, igualmente, que tem sido discutida em vários momentos, mas de facto nunca suficientemente concretizada.

Em resposta à pergunta colocada pelo Conselheiro Luís Santos sobre a possibilidade de utilização das cantinas por membros das forças de segurança, o Reitor referiu ter tomado conhecimento muito recentemente das

declarações feitas pelo Ministro, não tendo a UMinho sido formalmente abordada sobre o assunto. Informou que o assunto será discutido na próxima reunião do CRUP, com o objetivo de se definir uma orientação partilhada por todas as instituições.

Quanto à questão do Conselheiro Victor Soares sobre o mapa de pessoal, disse que há um conjunto de posições previstas no mapa, que não estão consideradas no exercício orçamental para 2023, devido às necessidades de contenção. Salientou, no entanto, que esta matéria será suscetível de revisão ao longo do ano, caso as condições o permitam, realçando, ainda, a importância destes trabalhadores na prestação do serviço à comunidade universitária.

A Administradora dos SASUM transmitiu que o seu grande objetivo para os próximos três anos é desmaterializar os procedimentos internos, tendo em vista a análise e redefinição dos mesmos, de forma a libertar recursos, reduzir o tempo de resposta e melhorar processos e o serviço aos utentes. Neste sentido, está a elaborar um plano de ação com uma calendarização das medidas a adotar, que pretende dar a conhecer ao Conselho num futuro próximo.

Tomou a palavra a Diretora Financeira dos SASUM para responder às questões sobre o OD. No que diz respeito às despesas com Recursos Humanos, nomeadamente despesas de representação, mencionou que o valor inscrito reflete uma obrigatoriedade legal de pagamento de um suplemento remuneratório aos dirigentes de 1º e 2º nível, cujos valores oscilam em função do número de dirigentes em funções. Relativamente à despesa “Publicidade – Outra” informou que está enquadrada num projeto POCER, que termina em 2023, com uma componente obrigatória de divulgação do projeto. Quanto à questão da colaboração dos estudantes, informou que o orçamento de 2022 tinha previsto 70.000€ para esta rubrica, tendo o valor de 2023 sido ajustado em função da execução de despesas em 2022 nesta rubrica.

A Conselheira Joana Arantes registou com agrado o ponto 3.5.3., relativo à criação da Divisão de Apoio ao Bem-estar do Estudante e reiterou as palavras da Conselheira Isabel Soares. Relativamente ao objetivo de melhorar as condições de segurança, questionou que medidas estão a ser planeadas para as pessoas com deficiência, mobilidade reduzida ou necessidades especiais, dando como exemplo a necessidade de existência de uma casa de banho com acesso a pessoas com mobilidade reduzida no piso 0 do CP2.

O Conselheiro Rui Oliveira retomou a palavra e voltou a salientar a sua preocupação relativamente à qualidade da prestação dos serviços dos SASUM, compreendendo que atualmente não é possível melhorar a mesma devido às restrições financeiras, mas reiterando a necessidade de, pelo menos, garantir a manutenção da qualidade. Destacou a degradação dos últimos anos nas residências, que tem sido uma preocupação constante dos estudantes, verificando-se já vários problemas de alojamento e tendo diminuído a classificação da UMinho em competições desportivas no que concerne ao alojamento. Por outro lado, na área do desporto, considerou que o pavilhão de Gualtar tem vários problemas estruturais, sendo por vezes necessário sair do pavilhão e ir para pavilhões municipais. Realçou que esta degradação dos edifícios pode ter consequências no

reconhecimento atual da UMinho como uma instituição de referência europeia para o desporto, correndo o risco de ser preterida em relação a outras Universidades na distribuição de provas, levando a que tenha provas menos interessantes e a que desça o seu ritmo de competitividade desportiva. Neste sentido, reforçou a importância de promover medidas que contrariem esta tendência, procurando soluções criativas para responder a estes desafios, com os recursos financeiros existentes. Lembrou, ainda, as questões relativas à cantina de Couros e aos espaços de refeições dentro da residência de Azurém reiteradamente discutidas nos últimos anos e que necessitam de resolução urgente, sob pena de causar desgaste e descrédito dos estudantes para com a Universidade.

Relativamente à questão da desmaterialização, referiu que a informação que o Conselho tinha é que este objetivo já estava em andamento, nomeadamente no âmbito de candidaturas a projetos europeus, designadamente de desmaterialização das senhas das cantinas.

Salientou, igualmente, a importância da ligação informal e da confiança mútua entre os SASUM e a AAUMinho, através da qual é possível encontrar mais facilmente soluções para as situações existentes. Chamou, ainda, a atenção para o facto da AAUMinho ser a associação reconhecida pela UMinho para representação dos estudantes, sendo esta a parceira natural dos SASUM e UMinho no âmbito das iniciativas que envolvem os vários núcleos de estudantes.

Interveio o Conselheiro Tiago Miranda, que começou por saudar a nova administradora dos SASUM, desejando felicidades no seu mandato. Relativamente ao plano de ação estratégico mencionado pela própria, congratulou a iniciativa e perguntou qual é o período que o plano contemplará e quando é que prevê que o mesmo esteja concluído para apresentação. No que diz respeito ao balanço previsto para 2023, referiu o aumento do valor de transferências do OE, da UMinho, de fundos europeus e de receitas próprias, que contrasta com a previsão de resultado líquido do período negativo de 104.000€, semelhante ao que ocorreu em 2022. Lembrou que, em 2021, os resultados negativos foram mais elevados e foram justificados pela crise pandémica e que, em 2022, ainda se sentia alguma remanescência desse efeito, explicando novamente o resultado negativo. No entanto, em 2023, essa justificação não se aplica, acrescentando o facto de o resultado apresentado ainda não prever as despesas relacionadas com a inflação, pelo que o Conselheiro manifestou a sua preocupação com a sustentabilidade dos SASUM e questionou se há alguma explicação para este resultado negativo e se há alguma previsão de inversão desta tendência. Por outro lado, solicitou esclarecimentos em relação ao valor em caixa e depósitos que tem vindo a crescer. Terminou a intervenção, questionando a Administradora dos SASUM se considera pertinente ou se tem abertura para, eventualmente, numa reestruturação a médio prazo, haver alguma partilha de serviços entre os SASUM e a UMinho de forma a aumentar a eficiência dos mesmos e compensar alguns défices de Recursos Humanos em determinados serviços.

Tomou a palavra o Conselheiro Duarte Lopes no sentido de analisar o orçamento e situação financeira dos SASUM. No que se refere à intervenção urgente para minorar os problemas estruturais já identificados nas residências e no pavilhão desportivo, apenas se prevê um orçamento de 50.000€, pelo que o Conselheiro

pediu para confirmar se é mesmo este o valor, uma vez que lhe pareceu manifestamente insuficiente para fazer frente a estes desafios. No que se refere à redução da transferência de orçamento da UMinho para os SASUM, referiu ser sensível ao argumento apresentado pelo Reitor, nomeadamente ao facto de as dificuldades da UMinho se traduzirem em dificuldades em todas as unidades, incluindo nos SASUM, ainda que lhe cause algum desconforto que, em tempos difíceis, se corte na ação social o que, na sua opinião, nunca pode ser o caminho. Porém, acolhendo esse argumento, o oposto também deve acontecer, o que, na leitura que faz ao orçamento, não parece acontecer, ou seja, existe um aumento do financiamento por via do OE, mas a UMinho continua a reduzir o financiamento aos SASUM. Ainda sobre as questões orçamentais, lembrou que já houve, em 2022, aumento de preços num conjunto de serviços dos SASUM, inclusive no alojamento para estudantes não bolseiros e em determinados bens alimentares. Relativamente ao plano de atividades, saudou e concordou com a intervenção da Conselheira Isabel Soares no âmbito da saúde mental e bem-estar. Sobre este tema, recordou que os SASUM dispõem de um recurso profissional afeto a este serviço, cuja linha de espera é de semanas ou meses, conforme é reportado pelos estudantes. Neste sentido, o Conselheiro questionou se há algum objetivo concreto a médio/longo prazo para contratar mais profissionais para este serviço. No âmbito desportivo, recordou um comunicado recente do Sporting Clube de Braga (SCB) extremamente crítico em relação à UMinho, uma vez que, após o comprometimento da Universidade em disponibilizar o pavilhão desportivo para uma competição do clube, este teve de mudar de instalações no último momento devido à falta de condições do pavilhão e falta de resposta da UMinho. O Conselheiro considerou que é extremamente negativo para a imagem da Universidade ter uma instituição com muita relevância na cidade de Braga a emitir este tipo de comunicados. Por fim, congratulou o facto de estar a ser elaborado um plano estratégico, considerando importante haver uma estratégia a longo prazo dos SASUM.

Foi conferida a palavra ao Reitor, que respondeu à Conselheira Joana Arantes, referindo que o assunto está a ser trabalhado com os SASUM, mas também ao nível da gestão dos *campi*. Acrescentou uma nota para referir que o Eng.º José Fernandes cessou as funções como Pró-reitor, com funções muito associadas à transformação tecnológica e à gestão dos espaços, e que na semana seguinte irá proceder à investidura de um novo Pró-reitor, que terá a seu cargo algumas destas matérias e outras adicionais.

Relativamente à intervenção do Conselheiro Rui Oliveira, salientou a importância de, após o diagnóstico das necessidades, definir prioridades e de assentar as decisões tendo em consideração os recursos disponíveis, remetendo para a Administradora dos SASUM a informação atualizada sobre os espaços de refeições no *campus* de Couros e na residência de Azurém. Recordou que, durante muitos anos, não foi possível alocar os recursos necessários à manutenção regular dos edifícios da Universidade, tendo inclusive, a determinado momento, sido necessário canalizar uma verba muito significativa para acorrer a uma situação concreta verificada numa das Escolas. Disse que este ano foi feito um esforço de alocar verba para obras de reabilitação, concordando que é um valor baixo, mas salientando que é o possível. Ainda sobre a intervenção do Conselheiro Rui Oliveira, na qual manifestou o receio de haver alguma diluição do papel da AAUMinho na articulação com os SASUM, o Reitor tranquilizou o Conselheiro, salientando que a orientação assumida

institucionalmente é que a AAUMinho é o parceiro-chave na relação com os estudantes e os seus núcleos associativistas, pelo que a relação anterior deve ser mantida com os novos protagonistas.

Sobre a pergunta do Conselheiro Tiago Miranda relativamente às sinergias entre os serviços dos SASUM e da UMinho, o Reitor disse que é um caminho que já está a ser feito e que deve ser prosseguido. Salientou que se deve assegurar a autonomia e as especificidades de ambos os lados, mas haverá processos semelhantes que poderão ganhar com alguma convergência dos serviços. Referiu, como exemplo, o reforço dos serviços jurídicos e de contratação pública da UMinho, que são colocados também ao serviço das atividades dos SASUM, e a adoção do Manual de Contratação Pública, elaborado pelos serviços da UMinho, como instrumento regulador dos procedimentos internos dos SASUM.

Quanto à intervenção do Conselheiro Duarte Lopes, o Reitor referiu que houve uma preocupação de distribuir o orçamento de forma equilibrada entre todas as unidades da UMinho, voltando a reforçar o facto de o orçamento apresentado ser previsional, estando sujeito a revisões e correções ao longo do período de execução orçamental. Em relação aos serviços de Psicologia, considerou que a resposta deve ser integrada com os recursos disponíveis no universo da UMinho, alinhando-os de forma a dar a melhor resposta possível às várias solicitações. No que concerne a questão do comunicado do SCB, o Reitor informou que, após consulta dos SASUM, percebeu que o clube tinha conhecimento prévio das condições em que o pavilhão se encontrava, pelo que considerou inadequada a ação do clube. Numa última nota, reiterou o facto de ter incumbido a Administradora dos SASUM de preparar um plano estratégico, que possa ir para além do termo previsível do seu mandato e que conflua as expectativas de vários intervenientes, incluindo dos estudantes.

A Presidente deu a palavra à Administradora dos SASUM, que reiterou a sua proximidade com a AAUMinho. Em relação ao plano estratégico, informou que já pediu aos Diretores dos Serviços a identificação de prioridades, de modo a analisar as mesmas e a ter o plano pronto para apresentar ao Reitor até ao final de fevereiro. Quanto à dificuldade dos utentes com mobilidade reduzida, secundou a intervenção do Reitor, dizendo que é necessário haver interação com o Gabinete de Inclusão da UMinho e com a gestão de *campi*, tendo assinalado a questão de forma a poder debruçar-se posteriormente sobre a mesma. No que concerne aos espaços de refeições, informou que uma das suas primeiras responsabilidades foi operacionalizar a unidade no *campus* de Couros, sendo que a mesma deverá estar em condições de ser aberta à comunidade no início de fevereiro.

O Conselheiro Victor Soares celebrou o facto de estar a ser elaborado um plano estratégico e, retomando a sua intervenção anterior, reforçou a importância de incluir neste plano a previsão para o reforço do pessoal técnico, administrativo e de gestão, especialmente no que diz respeito aos Assistentes Operacionais e Encarregados Operacionais, dado que a inclusão deste ponto pode constituir um fator motivacional e uma expressão de que os serviços estão atentos e preocupados com o reforço deste setor que é extremamente importante. Relativamente à utilização do pavilhão, pediu à Administradora dos SASUM para que seja dada maior atenção aos pedidos da Associação de Funcionários da UMinho (AFUM), uma vez que esta se vê muitas

vezes confrontadas com horários de utilização totalmente impraticáveis (visto que o pavilhão se encontra frequentemente reservado para outras associações) e com custos elevados.

Sobre o último ponto colocado pelo Conselheiro Victor Soares, o Reitor deu nota de que insistiu com a direção anterior da AFUM para que fosse formalizado com a UMinho um contrato-programa que salvaguardasse um conjunto de iniciativas com o apoio da instituição. Até ao momento ainda não foi possível, pelo que lança o desafio à nova direção para que possa haver este instrumento que clarifique exatamente as condições em que a articulação possa ser feita.

Findo o debate, a Presidente colocou à votação Plano de Atividades e Orçamento dos Serviços de Ação Social da UMinho.

No exercício da competência prevista na alínea o) do n.º 2 do artigo 29.º dos Estatutos da Universidade do Minho, o Conselho deliberou, por maioria, aprovar o Plano de Atividades dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho para o ano de 2023, com as abstenções dos Conselheiro(a)s Duarte Lopes, João Afonso Silva, Paulo Sampaio e Rui Oliveira. – Deliberação CGeral 01/2023, a remeter ao Conselho de Curadores.

No exercício da competência prevista na alínea o) do n.º 2 do artigo 29.º dos Estatutos da Universidade do Minho, o Conselho deliberou, por maioria, aprovar o Orçamento dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho para o ano de 2023, com as abstenções dos Conselheiro(a)s Duarte Lopes, João Afonso Silva, Paulo Sampaio e Rui Oliveira. – Deliberação CGeral 02/2023, a remeter ao Conselho de Curadores.

Os trabalhos foram interrompidos para o intervalo de almoço às 13h10, tendo sido retomados às 14h30, verificando-se a ausência dos Conselheiros Ángel Carracedo, António Rodrigues e Paulo Sampaio e a participação por videoconferência da Conselheira Marta Mestre.

4. Designação dos membros do Conselho de Ética previstos no nº 2 do art.º 72 dos Estatutos da Universidade do Minho;

A Presidente começou a sessão e, em momento reservado apenas aos membros do Conselho, foram designados por maioria os membros que integrarão o Conselho de Ética da Universidade, presidido pela Prof.ª Doutora Maria Cecília Leão: Prof. Doutor Manuel Rosa Gonçalves Gama; Prof. Doutor Manuel Joaquim Silva Pinto; Prof. Doutor Emanuel Pedro Viana Barbas de Albuquerque, Prof.ª Doutora Célia do Sacramento Santos Pais, Dr.ª Luciana Amorim Perestrelo de Meneses, Dr. Manuel Resende Monteiro Protásio, Dr.ª Isabel Maria Vilalva Patrocínio Monteiro, Prof. Doutor Jorge Manuel de Oliveira Soares, Prof.ª Doutora Lucília Rosa Mateus Nunes, Prof. Doutor José Manuel Melo Antunes Mendes e Prof.ª Doutora Helena Maria de Oliveira Freitas.

5. Designação Provedor/Provedora Institucional;

Ainda em momento reservado apenas aos membros do Conselho, foi eleito pelo Conselho, por maioria, para o exercício do cargo de Provedor do Estudante (mandato 2023/2027), o Prof. Doutor João Álvaro Brandão Soares de Carvalho.

6. Proposta de revisão dos Estatutos da Universidade do Minho;

Para apreciação deste ponto esteve presente o Vice-reitor para a Transformação Organizacional e Simplificação Administrativa, Prof. Doutor Luís Amaral, que em conjunto com o Reitor apresentaram ao Conselho o projeto de revisão dos Estatutos da Universidade do Minho (Estatutos).

A Presidente recordou que, com esta apresentação, se inicia a fase de debate e apreciação dos Estatutos por parte deste Conselho, e finda a mesma, os Estatutos serão remetidos ao Conselho de Curadores para aprovação.

Conferida a palavra ao Reitor, este salientou a importância deste momento para a equipa reitoral visto que corresponde à materialização de um compromisso assumido em sede de plano de ação para 2021-2025, no qual se assumia a pretensão de adotar novas formas de organização, implicando a revisão dos níveis de autonomia e de responsabilidade das UOs. O Reitor referiu que já tinha transmitido, em momentos anteriores, a perspetiva da equipa reitoral sobre a inadequação das formas de organização atuais à maior complexidade e diversidade da instituição, tendo, por isso, iniciado em 2022 o processo de revisão estatutária, de forma a apresentar a proposta de revisão dos Estatutos a este Conselho em 2023. Referiu que o processo de revisão dos Estatutos foi encarado com o pressuposto de haver dimensões assumidas como pilares, que não são suscetíveis de revisão, nomeadamente da missão, objetivos e princípios orientadores (artigo 2.º e 3º). Não obstante, disse que a assunção destes três pilares não significou que o articulado não tivesse sido objeto de algum ajustamento e adequação, considerando alguns princípios que foram emergindo nos últimos anos como princípios de algum poder de configuração nas Instituições de Ensino Superior. Relembrou, novamente, que esta revisão estatutária tem como principal objetivo novas formas de organização institucional que reforcem os níveis de autonomia e de responsabilidade das UOs, tentando tornar a instituição mais adequada às suas circunstâncias, sendo que todas as propostas foram elaboradas no total respeito pelos três pilares supra descritos.

Para o processo de revisão, foram, igualmente, identificados os vetores de mudança, especificamente:

1. Reforço da autonomia das UOs (níveis de autonomia e contratos-programa)
2. Órgãos de governo e de consulta
3. Processos eleitorais – princípios, regras e constituição dos corpos
4. Representação dos corpos
5. Novas geometrias organizacionais – múltipla afiliação, UOs ou subUOs virtuais ou temporárias
6. Estrutura das unidades de serviços
7. Unidades culturais e diferenciadas

8. Avaliação – contributos para a ciência, para os colegas e alunos; para a economia e sociedade

A definição de pilares e de vetores foi seguida por um exercício de definição da metodologia a ser seguida no processo com a intenção fundamental que se assegurasse, em tempo útil, a produção de um documento estruturado, consistente e coerente que pudesse ser presente ao Conselho, mas que houvesse um efetivo e ativo envolvimento da comunidade universitária ao nível da participação individual, das unidades e dos órgãos de consulta. Assente nesta metodologia foi assente um percurso definido em três fases fundamentais: i) lançamento; ii) auscultação; e iii) consolidação.

Tomou a palavra o Vice-reitor, que passou a descrever as fases do processo de revisão estatutária.

– Fase 1: Lançamento

A equipa reitoral elaborou, com os contributos do Conselho de Presidentes de UOs, um documento com as orientações subjacentes à elaboração da proposta de revisão estatutária, tendo divulgado esse documento à comunidade através da Circular RT-04/2022, de forma a poder receber os contributos de toda a Academia. O documento definiu um conjunto de princípios e procedimentos para a implementação da revisão estatutária, sendo os princípios fundamentais o da responsabilidade, da participação e da representatividade. Por outro lado, previa a constituição de grupos de trabalho, que deveriam garantir a representação de todas as unidades orgânicas e de serviços, bem como de todos os corpos universitários, tendo sido proposta a constituição de dezassete grupos, que seriam totalmente autónomos e independentes, especificamente:

- 12 grupos, 1 por UO
- 1 grupo composto por elementos das Unidades de Serviços Especializados e da Reitoria
- 1 grupo composto por Estudantes
- 1 grupo composto por Trabalhadores Técnicos, Administrativos e de Gestão
- 1 grupo composto por Docentes
- 1 grupo composto por Investigadores

Foi também dada a possibilidade de criação de grupos ad hoc, que resultassem da iniciativa de indivíduos que não encontrassem espaço de manifestação das suas propostas nos grupos existentes. Definiu-se, ainda neste documento, que durante a fase de consolidação (fase 3), seria constituído um grupo de trabalho (GT EstUM) composto por um mínimo de 7 e um máximo de 10 elementos, sendo estes preferencialmente selecionados entre os elementos coordenadores dos grupos de trabalho que participariam na fase de auscultação (fase 2). O grupo seria presidido pelo Vice-Reitor com responsabilidades de coordenação do processo.

Por fim, foi definida uma calendarização do processo, que culminaria com a apresentação de uma proposta de Estatutos a submeter a este Conselho até ao final de 2022.

– Fase 2: Auscultação

Esta fase foi iniciada através da Circular RT-05/2022, tendo-se solicitado aos grupos de trabalho a reflexão sobre a revisão estatutária e a partilha das mesmas, processo que decorreu até 2 de setembro. Houve quinze grupos, com 150 participantes envolvidos, a entregar resultados, tendo originado 131 propostas de alteração e 28 propostas de reflexão, atualmente disponíveis na intranet da UMinho.

De forma sintética, as propostas de alteração estavam alinhadas com os vetores de mudança propostos; houve acolhimento em relação às geometrias orgânicas flexíveis (que se denominam na proposta apresentada por Unidades Interdisciplinares); houve um reavivamento do modelo matricial em alguns aspetos mais positivos; o reforço da autonomia foi muito bem acolhido; foi referida a necessidade de cumprimento normativo dos Estatutos; foi realçada a importância da representatividade de todos os corpos nos órgãos.

Após uma análise mais detalhada das propostas, o GT EstUM alinhou os vetores de mudança, baseando-se em nove vetores: i) estrutura dos Estatutos; ii) modernização do Preâmbulo e Título I; iii) reforço da autonomia e da responsabilidade das UOs; iv) novas formas de organização institucional flexíveis; v) Órgãos de Governo e Consulta; vi) processos eleitorais; vii) representação dos corpos; viii) Unidades Culturais e Diferenciadas; e ix) Unidades de Serviço.

– Fase 3: Consolidação

Após recolha e análise das propostas, o GT EstUM, coordenado pelo Vice-reitor, Professor Luís Amaral, e constituído pelo Professor Mário Monte, pela Professora Olga Carneiro, pela Dra. Aleida Carvalho e pelo Dr. Alexandre Gencer, iniciou a elaboração da proposta a apresentar a este Conselho, trabalhada em colaboração com a equipa reitoral, tendo igualmente submetido uma versão preliminar ao Senado Académico e ao Conselho de Presidentes de UOs para apreciação e apresentação de novas sugestões, que resultaram na proposta apresentada a este Conselho a 15 de janeiro.

A proposta apresentada reorganiza a Universidade pelos seus vários órgãos e entidades, particularmente: Órgãos de Governo (Conselho Geral, Reitor e Conselho de Gestão); Administração (Administrador e Unidades de Serviços); UOs (UOs, Unidades Interdisciplinares e SubUOs que serão de três naturezas: departamentos, centros e estruturas de prestação de serviços à comunidade); Órgãos de Consulta (Senado Académico, Conselho de Presidentes de UOs, Conselho Cultural e Conselho Disciplinar); Órgãos Autónomos (Conselho de Ética, Provedorias, Encarregado de Proteção de Dados e Fiscal Único); e Entidades Autónomas (SASUM, Unidades Culturais, Entidades Participadas, Comissão de Trabalhadores e AAUMinho).

O GT EstUM assinalou como principais alterações os seguintes aspetos:

- reforço da autonomia das UOs, salientando a criação e extinção de subunidades, redefinição dos Conselhos de Gestão, não limitação do número de vice-presidentes e pró-presidentes e a autonomia administrativa e financeira;
- aparecimento de UOs Interdisciplinares;

- fim da distinção entre UOs de Ensino e Investigação e de Investigação;
- múltipla afiliação;
- subunidades de prestação de serviços à comunidade;
- Conselho de Utentes dos Serviços;
- definição da Academia e dos diferentes corpos que a integram, através da definição de regras de pertença aos diferentes corpos, direitos de representação e habilitação eleitoral e representatividade nos órgãos;
- reconhecimento de Entidades Autónomas;
- Homogeneização de regras eleitorais;
- Homogeneização de nomeações e designações;
- Homogeneização de incompatibilidades e cessações;
- Reforço do reconhecimento do corpo dos Investigadores.

A Presidente abriu o debate ao Conselho, tendo iniciado as intervenções o Conselheiro Nuno Cerca alertando para a importância de assegurar a representatividade dos investigadores nos órgãos de governo da Universidade, devido à especificidade deste corpo, no respeito pelo que é o estipulado pelo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES). Deu o exemplo da forma encontrada para assegurar a presença de estudantes dos três ciclos de estudos no Conselho de Escola das UOs e no Conselho Geral, sendo que no RJIES apenas é exigida a representatividade de estudantes, não especificando os ciclos e estudos. Num outro exemplo, referiu o facto do RJIES prever até onze professores ou investigadores eleitos e, nos Estatutos, se especificar, assegurando a presença de diretores de ciclos de estudo promovidos pela UO, reconhecendo, portanto, que há especificidades diferentes e que é importante ter essa visão nesses órgãos.

O Conselheiro Victor Soares começou por saudar e felicitar a contemplação nesta proposta da alteração da designação do corpo que representa, de “pessoal não docente e não investigador” para “trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão” (TTAG), assim como a consagração nos Estatutos da Comissão dos Trabalhadores. Relativamente à proposta, considerou que o Conselho terá certamente oportunidade de analisar detalhadamente todos os aspetos que nestes Estatutos são inovadores ou alteram os Estatutos anteriores e conseguirá chegar a uma versão diferente em alguns aspetos relativamente àquela que agora é apresentada, designadamente na parte relacionada com a representação dos TTAG nos Órgãos de Governo e de Gestão e, sobretudo, no Conselho Geral, aspeto que o levou a intervir. O Conselheiro referiu que, em pelo menos oito propostas dos grupos de trabalho, incluindo das UOs e da Comissão de Trabalhadores, é proposta a alteração da representatividade dos TTAG no Conselho Geral, por considerar a atual representação desproporcional, apresentando como argumentos o facto de um único representante não traduzir o peso e a importância destes profissionais na vida da organização e não permitir uma boa representatividade com um mínimo de diversidade, representação de opiniões, género, local de trabalho, etc. Salientou, ainda, que os restantes grupos de trabalho não se manifestaram relativamente ao número de representantes dos TTAG no Conselho

Geral, ou seja, não manifestaram a sua opinião sobre esta questão. Neste sentido, manifestou a sua perplexidade perante o facto de, na proposta apresentada, não se prever o aumento dos representantes dos TTAG no Conselho Geral.

Relativamente à questão levantada pelo Conselheiro Victor Soares, a Presidente considerou que, sendo uma questão tão próxima do Conselho Geral, esta será decidida na análise que se seguirá, lembrando que existem algumas especificidades, dado que o aumento de um determinado corpo tem reflexos na proporcionalidade dos restantes corpos e que se deve cumprir o estipulado no RJIES.

O Conselheiro Tiago Miranda agradeceu ao Vice-Reitor, Professor Luís Amaral, e a todos os envolvidos no processo de revisão dos Estatutos por todo o trabalho executado, tendo solicitado, se possível, o envio de um documento com a indicação mais clara de todas as alterações propostas. A Presidente concordou com a importância do documento, mas remeteu essa interação para a fase de metodologia a adotar pelo Conselho para análise da proposta enviada.

O Conselheiro António Onofre começou por agradecer todo o trabalho realizado, salientando o volume de trabalho e a consulta à Academia, que se refletiu no documento proposto, existindo uma clarificação das propostas que estavam a ser feitas, uma maior definição dos órgãos e da forma como estes estão a funcionar. Relativamente aos investigadores, destacou a presença bastante ativa deste corpo nos últimos anos e o seu contributo para a Academia e saudou o facto de o documento tentar assegurar a sua participação nos órgãos da própria Universidade, mesmo que possa haver menos investigadores no futuro. Considerou muito importante salvaguardar a representação de todos os corpos, mesmo que esses possam ser uma minoria. Numa nota final, referiu o seu agrado com o facto de haver uma maior clarificação do projeto universitário e de uma maior presença efetiva da equipa reitoral, salientando que gostaria de discutir, em sede de análise à proposta apresentada, qual é o melhor equilíbrio entre esta clarificação do projeto e a autonomia dada às UOs.

O Conselheiro Joaquim Freitas realçou a complexidade da discussão que o Conselho terá e da extrema importância de cumprir o estipulado nos Estatutos relativamente aos membros do Conselho Geral, referindo-se ao n.º 4 do artigo 33.º (31.º na redação proposta), nomeadamente que estes “não representam grupos nem interesses setoriais e são independentes no exercício das suas funções”. Considerou que esta é uma premissa essencial para que o Conselho consiga cumprir o objetivo de se centrar nas discussões mais importantes para o interesse estratégico da UMinho. Relativamente ao processo de revisão, congratulou a equipa reitoral pelo processo participado a toda a comunidade universitária. Por fim, questionou se as propostas apresentadas no documento poderão ter implicações significativas na gestão financeira da UMinho, através, por exemplo, da não limitação de vice-reitores, pró-reitores, vice-presidentes e pró-presidentes.

O Conselheiro Tiago Silva tomou a palavra para perguntar se a interação com os grupos de trabalho, criados no âmbito da consulta à comunidade, terminou no momento de entrega de propostas por parte destes ou se

existiu alguma interação posterior e, ainda, se seria possível partilhar algum documento que identificasse as alterações propostas aos Estatutos.

Antes de conferir a palavra ao Reitor e Vice-reitor, a Presidente felicitou-os pela proposta apresentada e pelo trabalho e participação da comunidade que esta reflete, agradecendo por todo o trabalho desenvolvido. Acrescentou ainda uma reflexão, baseada nos princípios orientadores da UMinho e da criação da instituição, de raiz matricial, que foi alicerçada sobre a ideia de projetos interdisciplinares e interinstitucionais dentro da própria Universidade. Considerou que estas formas são bastante mais adequadas perante a complexidade da atualidade e do futuro, que nos irá colocar perante questões em que os saberes se cruzam e em que as soluções passam pela interseção desses saberes. Especificamente sobre o aumento da autonomia das UOs, questionou se este poderá, eventualmente, ser um obstáculo à capacidade de resposta a projetos novos, intersectoriais, interinstitucionais e interdisciplinares, perguntando, igualmente, qual será o melhor equilíbrio entre o reforço da autonomia das UOs e a capacidade de resposta da instituição como um todo.

O Reitor referiu que a gestão da representatividade dos corpos, especialmente no Conselho Geral, foi sinalizada como sendo uma questão sensível e importante, salientando, porém, a dificuldade de satisfazer as propostas apresentadas com o que está previsto no RJIES e assegurando, ao mesmo tempo, as condições de funcionamento do Conselho. No que concerne o impacto financeiro, o Reitor disse que não houve nenhum estudo detalhado das implicações decorrentes, embora várias decisões tomadas tenham essa preocupação, dando como exemplo a autonomia das UOs, a qual pretende assegurar um maior compromisso das UOs na responsabilidade de arrecadação e gestão de recursos financeiros.

No âmbito da reflexão partilhada pela Presidente, o Reitor referiu que a Universidade foi mantendo ao longo de sucessivas versões dos Estatutos a referência a uma Universidade de projetos, continuando enunciada nesta proposta de revisão. Esta referência tem como objetivo filar esta forma de organização às decisões matriciais da instituição, que subordinava as estruturas de Recursos Humanos ao desenvolvimento de projetos e, na sua opinião, esta estratégia foi um fator claro de sucesso da UMinho. Nos últimos anos, a Universidade cresceu e tornou-se mais complexa, tal como as UOs, que assumiram progressivamente maior centralidade e especialização e, consequentemente, requerendo maiores níveis de autonomia e gerando alguma dicotomia entre UOs e Reitoria. Considerou que esta tensão não é fácil de resolver, porém devem ser propiciados instrumentos e formas de organização no Estatutos capazes de manter ativa a lógica fundacional na UMinho, associada aos projetos de natureza interdisciplinar ou transdisciplinar. Referiu que existe uma cultura sólida a esse respeito, mas que foi fortemente interpelada pelo RJIES, uma vez que tornou impossível o modo de organização tradicional da UMinho. Quando este diploma foi publicado, houve um conjunto de posições expressas por responsáveis da Universidade que não entendiam porque é que um modelo que tinha provado as suas vantagens tinha deixado de ser possível por efeito de uma lei que não era suficientemente flexível para acolher a diversidade de experiências. Formalmente, o modelo matricial terminou, mas permaneceu sob múltiplas formas dentro da Universidade, por exemplo em centros de investigação de natureza interdisciplinar

ou em projetos de ensino que regularmente agregam contributos de vários UOs. Disse que, de forma a garantir a manutenção desta cultura, é preciso criar esses espaços e em simultâneo apostar numa maior autonomia das UOs, reconhecendo que é um exercício muito difícil e que gera sempre alguma instabilidade. Por um lado, a Universidade não pode regressar à forma original de projetos e, por outro lado, deve ser explorada até ao limite uma estrutura da Universidade baseada naquilo que representam tradicionalmente as faculdades nas universidades portuguesas. Salientou que é fundamental ter a consciência da necessidade de conjugar estas duas orientações, fazendo com que, na medida do possível, não se anulem e que sejam capazes de proporcionar formas mais adequadas de expressão da missão da Universidade. Realçou que, na perspetiva da equipa reitoral, a proposta apresentada potencia as práticas interdisciplinares, ao mesmo tempo que reforça a autonomia das UOs, colocando agora à consideração do Conselho avaliar se concorda com esta leitura e com o objetivo pretendido ou se, por outro lado, considera que haverá outras formas de organização que poderão ser mais eficazes. Por fim, acrescentou que as Unidades Interdisciplinares e a múltipla afiliação são novas figuras que poderão ser instrumentos muitíssimo relevantes para resposta complexa a problemas complexos, salientando que as Unidades Interdisciplinares são bastante flexíveis na duração temporal e na sua natureza, podendo operar mais no plano da investigação, da educação ou da prestação de serviços.

Foi conferida a palavra ao Vice-reitor, que secundou a intervenção do Reitor, salientando o facto de o RJIES restringir o modelo de governação das Universidades, limitando-as na própria escolha de modelo de governação, tendo, neste sentido, considerado útil que a revisão em andamento do RJIES possa alterar nesse sentido. Relativamente à intervenção do Conselheiro Tiago Silva, informou que não houve interação posterior com os grupos de trabalho, exceto em casos pontuais em que não se percebia bem o objetivo, tendo o GT EstUM contactado os respetivos coordenadores de grupos no sentido de esclarecer as propostas. Informou, ainda, que o GT EstUM teve intenção de fazer o exercício de comparação de documentos, mas, devido ao enorme número de alterações, o documento final ficou demasiado complexo e ilegível. Salientou, no entanto, que partilhará o documento, caso entendam útil. Em relação ao assunto da representatividade dos corpos, levantados pelos Conselheiros Nuno Cerca e Victor Soares, o Vice-reitor salientou que o GT EstUM analisou cuidadosamente todas as propostas recebidas e debateu profundamente as mesmas, tentando, sempre que possível no respeito pelo RJIES, abranger todos os corpos. Especificamente sobre a representatividade dos TTAG no Conselho Geral, foram analisados vários cenários, cumprindo as métricas impostas pelo RJIES, aumentando e diminuindo o número de Conselheiros, sendo que a primeira solução em que nenhum corpo descia o seu número de representantes seria com 29 membros, o que poderia dificultar o funcionamento do Órgão. Neste sentido, após muita discussão, o GT EstUM e a equipa reitoral consideraram que deveria ser o próprio Conselho a discutir o assunto e a decidir qual a melhor composição. Antes de terminar a sua intervenção, agradeceu todas as palavras de agradecimento apresentadas pelos Conselheiros.

O Conselheiro Victor Soares agradeceu ao Vice-reitor o esclarecimento e salientou que o RJIES não exclui a possibilidade de existir mais um representante dos TTAG no Conselho, havendo, inclusive, outras Instituições

de Ensino Superior que conseguiram chegar a uma solução, pelo que considerou que, com vontade política, será possível alcançar uma solução na UMinho.

Findo o debate, a Presidente propôs a criação de um grupo de trabalho, presidido pela própria, e constituído por um representante de cada corpo no órgão, que ficará responsável pelo acompanhamento do processo de revisão da proposta, coligindo as propostas recebidas, promovendo a dinamização das atividades necessárias para o debate e elaborando as propostas de redação alternativas para posterior apreciação, debate e aprovação pelo Conselho. Nesta sequência, o Conselho concordou com a proposta apresentada, tendo sido designado um grupo de trabalho constituído pela Presidente e pelos Conselheiros Duarte Lopes, Joaquim Freitas, Nuno Cerca, Tiago Miranda e Victor Soares, com o objetivo de dinamizar e acompanhar o processo de apreciação e debate sobre a proposta apresentada, com em vista à preparação da decisão do Conselho Geral.

7. Informação sobre a atividade da Universidade do Minho.

Dado o avançado da hora, o Reitor remeteu ao Conselho um documento com as informações da atividade da Universidade no período de 16 de dezembro até à presente data, tendo referido apenas umas breves notas relativamente a alguns dossiês.

Relativamente às políticas de Ensino Superior e de Investigação, referiu que o CRUP tem reunido com a tutela e dessas reuniões tem sido possível perceber as intenções por parte da tutela relativamente a medidas a tomar nos anos mais próximos: i) tem sido reafirmado o compromisso de aprovar o novo modelo de financiamento até ao Verão, a tempo de operar ainda para a elaboração do orçamento para 2024; ii) está em discussão um novo modelo de acesso ao Ensino Superior, com uma eventual decisão a curto prazo; iii) foi anunciada a abertura do processo de avaliação do RJIES, havendo já sido publicada a constituição do grupo de trabalho. Em relação ao último ponto, o CRUP irá constituir, em breve, um grupo de trabalho com o objetivo de apresentar sugestões concretas de revisão do RJIES, tendo o Reitor considerado importante fazer o mesmo dentro da UMinho para reflexão interna sobre o RJIES e para a construção de uma posição da UMinho relativamente à sua eventual revisão. Foi, ainda, anunciado que, subseqüentemente, serão reavaliados os estatutos de carreira docente universitária e politécnica.

Sobre a atividade interna da UMinho, o Reitor deu conhecimento sobre o estado de desenvolvimento dos vários projetos inscritos no PRR, especialmente o Programa Impulsos, programa na área da formação, com a construção das residências e com as agendas mobilizadoras. Deu uma nota de preocupação, partilhada pelo CRUP e já manifestada junto da tutela, relativamente às dificuldades de execução dos projetos junto das agências financiadoras.

O Conselheiro Rui Oliveira interveio para dar voz a uma das posições da AAUMinho e dos estudantes da UMinho em relação à forma como o grupo de trabalho de revisão do RJIES foi designado, salientando o desacordo com a mesma, uma vez que os representantes dos estudantes não foram consultados no processo e mostrando a

sua preocupação com o processo de revisão e a necessidade de contribuir e fazer ouvir a voz dos estudantes e da UMinho no mesmo.

Concluídos os trabalhos, a Presidente agradeceu as intervenções tidas ao longo da reunião e declarou terminada a reunião às 17h39m, tendo sido lavrada a presente minuta da ata que, depois de aprovada, será assinada pela Presidente e pelo Secretário do Conselho.

A Presidente,

O Secretário,

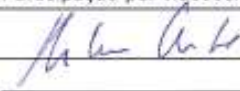
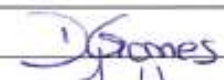
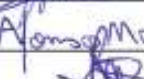
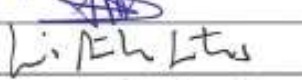
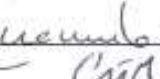
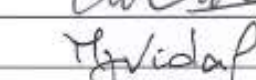
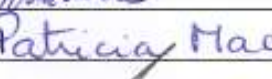
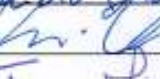


Universidade do Minho
Conselho Geral

MEMBROS DO CONSELHO GERAL DA UNIVERSIDADE DO MINHO

REUNIÃO PLENÁRIA N.º 1/2023

20 de janeiro de 2023

Membro	Rubrica
Ana João Gomes Rodrigues	_____
Ana Margarida Silva Gonçalves	Participação por videoconferência
Ángel Maria Carracedo Álvarez	Participação por videoconferência
António Joaquim Onofre Abreu Ribeiro Gonçalves	
António Carlos Fernandes Rodrigues	_____
Delfina Rosa Rocha Gomes	
Isabel Maria Costa Soares	
Joana Rodrigues Arantes Silva	
João Afonso Maia da Silva	
Joaquim Agostinho Castro de Freitas	
Luis António Martins Santos	
Manuela da Assunção Borges Vaz Soares	
Maria Cláudia Gonçalves Cunha Pascoal	
Maria Joana Raposo Marques Vidal	
Marta Alexandra Teixeira Mestre	_____
Nuno Miguel Dias Cerca	
Patrícia Espinheira Sá Maciel	
Paulo Alexandre Costa Araújo Sampaio	
Ricardo Duarte Faria Lopes	
Rui Jorge Machado Oliveira	
Tiago Filipe Silva Miranda	
Tiago José Quinteiros Lopes Henriques Silva	
Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares	